

# **O Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma: a Questão da Participação dos Atores Locais em Favor do Desenvolvimento Territorial.**

**Hubert Drouvot**  
hubert@unama.br  
UNAMA

**CLÁUDIA DROUVOT**  
cdrouvot@unama.br  
UNAMA

**Resumo:** Este artigo aborda tanto o quadro teórico quanto a pesquisa de campo, discutindo a questão da integração de um setor de política nacional (Programa Nacional para a Produção Sustentável de Óleo de Palma) na definição de uma política de desenvolvimento regional. O estudo traz um déficit de colaboração entre as empresas envolvidas no programa e os atores locais. O sucesso do programa em termos de inclusão social de agricultores familiares e desenvolvimento local requer a criação de arranjos institucionais que manifestem uma verdadeira cooperação entre os decisores políticos, empresários e movimentos sociais.

**Palavras Chave:** PSOP - DESENV.TERRITORIAL - INCLUS.SOCIAL - AGRIC.FAMILIAR - AMAZÔNIA



## **Introdução**

O Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) foi anunciado no dia 6 de maio 2010, no município de Tomé-Açú, no Pará. Segundo o Governo Federal é um programa ambicioso para a expansão do cultivo do óleo de palma (azeite de dendê) na Amazônia e no Nordeste brasileiro. O Programa identificou 31,8 milhões de hectares adequados ao cultivo de óleo de palma (a produção mundial atualmente ocupa 12 milhões), sendo que 29 milhões estão na Amazônia Legal e 2,8 milhões no Sudeste e Nordeste. As áreas são também regiões com forte presença da agricultura familiar. A proposta do programa é oferecer condições para que os investidores incorporem estes agricultores como parceiros.

## **Contextualização e problematização da pesquisa**

*« Um novo momento se configura para a Amazônia. O grande desafio que se coloca hoje para a região é como utilizar, sem destruir, o seu valioso patrimônio natural para beneficiá-la. Para impedir a destruição dos seus ecossistemas e da recuperação de áreas devastadas, é necessário inovar com formas e atividades produtivas capazes de gerar emprego e renda para as populações regionais. É nesse contexto que se insere a pertinência ou não, de apoiar a expansão da lavoura do dendê na Amazônia como uma das possibilidades de recuperar áreas desflorestadas e promover o desenvolvimento regional ».* (BECKER, 2010)

## **A problemática**

O PSOP pode aparecer em nível local como um programa que vem de “*fora para dentro*” na medida em que ele é uma iniciativa do Governo Federal e que são as políticas de grandes empresas como a Vale e a Petrobras, que vão determinar as modalidades contratuais de aplicação e a seleção dos agricultores familiares que têm condições de entrar no programa.

Assim, o PSOP faz parte « *das políticas públicas que tem como objetivo que o local possa aproveitar dos impulsos externos ao desenvolvimento. Nesta condição, o desenvolvimento local ocorreria de “fora para dentro”, ou em outros termos, de cima para baixo.* (ALBUQUERQUE VASCONCELLOS E VASCONCELLOS SOBRINHO, 2007)

Portanto, o desenvolvimento local, segundo os autores, depende não apenas das diretrizes e das ações que vêm de fora, mas, sobretudo, « *do poder de mobilização e de engajamento dos seus agentes sociais e da capacidade demonstrada por eles para pensar o local de forma integrada* ».

Essa perspectiva de desenvolvimento é de tipo endógeno (com a valorização dos recursos próprios) e integrado (com a harmonização dos objetivos econômicos, sociais e ambientais). (ALBUQUERQUE VASCONCELLOS E VASCONCELLOS SOBRINHO, 2007)

A questão fundamental relativa ao Programa Sustentável de Produção de Óleo de Palma (PSOP) é de verificar, em nível de um território e ou uma comunidade, a existência de uma integração entre esta política setorial de desenvolvimento nacional e as estratégias das empresas (iniciativas que vêm de “*fora por dentro*”) com a mobilização dos atores locais (desenvolvimento endógeno a partir do local).

A condição desta integração, onde os pequenos agricultores podem aproveitar das ações conjugadas de uma política pública, das empresas e dos atores locais é a criação de



relações de parceria entre o poder público, as empresas e a sociedade civil. O desenvolvimento local sustentável, fator de inclusão social, requer assim, um conjunto de iniciativas diversificadas e complementares, baseada sobre a transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados.

## **Os objetivos**

Este trabalho objetiva examinar as condições da integração do Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma na Amazônia (PSOP) com os eixos de uma política territorial na região do Baixo Tocantins (Estado do Pará).

Esta análise considera, em particular, a questão da inclusão social dos agricultores familiares tendo em vista, que um objetivo do Programa é *“a implementação de forma sustentável, tanto técnica como economicamente, da produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda”*. (COSTA, 2011)

## **Metodologia**

A pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória. Para avaliar as condições de implementação do Programa Sustentável de Óleo de Palma foi realizada uma análise documental. Os principais pontos que foram analisados são as políticas de responsabilidade socioambiental das empresas, a noção de agricultura familiar e a questão do desenvolvimento territorial. Além da pesquisa documental, fontes de informações primárias foram utilizadas, advindos da participação dos autores a dois eventos:

- Nos dias 24 a 27 de agosto 2010 à 2ª Conferência Latino-Americana da Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO), em Belém. Neste evento, além da presença do Governo Federal e do Governo do Pará, participaram os representantes dos produtores (Agropalma, Biovale, Petrobras, Bunge), de empresas fornecedoras de insumos (Unipalma, Ouroverde, Alfa Laval, Yara), dos clientes (Unilever) e ONGs (Ver Te Verde).

Fundada em 2004, a Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO) promove a sustentabilidade da produção do óleo de palma por meio de regulamentação. A entidade tem desenvolvido uma série de critérios de certificação que podem ser adotados voluntariamente por produtores de dendê interessados em atestar que seu produto respeita o meio ambiente. A Agropalma é a única empresa brasileira titular do certificado « *Roundtable on Sustainable Palm Oil* ». (RODRIGUES, 2011)

- Nos dias 25 e 26 de agosto de 2011 houve a participação em Mojú ao 1º Seminário sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável do Baixo Tocantins: Desafios, Perspectivas e Agendas sobre a Produção de Dendê para o Programa Óleo de Palma.

Para completar a análise, entrevistas com os diversos atores implicados no programa PSOP foram realizados a fim de conhecer as percepções deste sobre a implementação do PSOP na região do Baixo Tocantins.



## **O território estudado**

Segundo a fonte FNP Agropalma, em 2010, no Estado do Pará, 90.000 hectares foram dedicados ao cultivo do dendê e a previsão é que em 2014, a superfície das plantações deve alcançar 210.000 hectares, com a participação de 14.500 grandes e médios agricultores e 13.000 agricultores familiares. 44 municipalidades do Estado devem ser implicadas no Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, sendo a grande parte delas, localizada na região de “Guajarina” que é conhecida como o território do dendê, integrando sete municipalidades: Tailândia, Mojú, Tomé-Açú, Acará, Igarapé-Miri, Concórdia do Pará e Bujaru.

## **2. O Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma**

### **2.1. As diretrizes do Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma**

Conforme Laville (2009): « *As políticas públicas têm uma influencia nos mercados, e é essencial considerar como podem ser utilizadas para encorajar a responsabilidade social e ambiental...É urgente desenvolver toda uma série de instrumentos e políticas (incitações fiscais, criação de selo, políticas de compra, informação e formação, etc.) para criar as condições de uma generalização da responsabilidade social e ambiental* ».

O Programa proíbe a supressão de vegetação nativa e determina a exclusão de todas as áreas de conservação, reservas indígenas e áreas de quilombolas para plantio de óleo de palma. As áreas priorizadas pelo programa são as degradadas na Amazônia Legal e as áreas utilizadas para cana-de-açúcar do Nordeste.

As ações deste programa concentram-se em cinco instrumentos:

1. Crédito rural para agricultores familiares onde os produtores que obtiverem recursos do programa terão 14 anos para pagar, com seis anos de carência. As taxas de juros variam de 2% para agricultores familiares a 6,75% para outros produtores. Os agricultores familiares interessados em ingressar na cadeia produtiva poderão se beneficiar do PRONAF ECO, que lhes permite empréstimos de até R\$ 80 mil reais (oito mil por hectares). Durante o prazo em que o agricultor familiar espera a palma produzir, o que pode durar até cinco anos, ele conta com a remuneração pela sua mão de obra. O crédito só é fornecido aos produtores que já tiverem firmado contrato com empresas processadoras de óleo de palma. Para regulamentar esta participação, o programa estipulou um limite de 10 hectares de dendê para a agricultura familiar. Com isso, o Governo Federal espera que pequenos produtores não abandonem outras culturas alimentares. Demais produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas), associações e cooperativas, poderão acessar o PSOP.
2. Investimentos em pesquisa e inovação com o repasse de R\$ 60 milhões para o melhoramento genético de mudas e parcerias internacionais com institutos de excelência em óleo de palma.
3. Qualificação da assistência técnica sobre a cultura de óleo de palma e desenvolvimento rural sustentável na região Amazônica. Com um investimento inicial de quase R\$ 300 mil do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado o Programa de Qualificação de Agentes da Assistência Técnica e Extensão Rural para a



Cultura do Dendê na Região Amazônica, promovido pela Embrapa Amazônia Oriental, com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER).

4. Zoneamento Agroecológico que autorizou o cultivo de óleo de palma em 13,6% da área apta, avaliada em 31,8 milhões de hectares ou 3,7% da área total do território brasileiro. O plantio de palma está restrito às áreas desmatadas até 2007, ano referência utilizado nos mapeamentos do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE). Para facilitar os investimentos, nas áreas identificadas pelo ZAE, o tamanho da reserva legal exigida foi reduzido das atuais 80% para a Amazônia, para 50%. Isso, em projetos de palma, reduz o volume de investimento para recompor a vegetação em áreas que tenham sido desmatadas no passado.
5. Criação da Câmara Setorial de Óleo de Palma, composta por representantes do Governo Federal (Ministério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, EMBRAPA e Casa Civil) e representantes dos produtores de óleo de palma, trabalhadores e consumidores. A Câmara será responsável por regular e fiscalizar a cadeia produtiva.

## **2.2. O Protocolo Socioambiental para a Produção de Óleo de Palma no Estado do Pará**

O objetivo do Protocolo é estabelecer um compromisso do Estado e da empresa signatária com os princípios e critérios necessários à sustentabilidade econômica e socioambiental da cadeia de produção de óleo de palma no estado do Pará. Na lista das diretrizes ambientais, sociais, econômicas que estão formulados neste Protocolo em relação com a agricultura familiar, aparecem os compromissos de “*promover a inclusão social, a geração de emprego e a melhoria de renda da população rural e urbana local*” e também de “*incentivar atividades que garantam a segurança alimentar e a diversificação da renda dos agricultores familiares*”.

## **2.3. As principais companhias investidoras na produção de Óleo de Palma no Pará**

Dentro desta lista figuram 12 empresas que atuam no estado do Pará sendo que três grupos se destacam: a Agropalma, a Vale e a Petrobras.

### Agropalma

A empresa, de capital nacional, atua em três municípios do Pará: Tailândia, Acará e Mojú. Sobre uma superfície total de 107.000 hectares, Agropalma é primeiro produtor de óleo de palma no Brasil, consagrando 40.000 hectares às plantações de palma. Mais de 4.000 empregados trabalham na exploração e a maior parte vive sobre um dos dois domínios da empresa (“*agrovila*”). (MAGALHÃES DROUVOT ET DROUVOT, 2009)

São 150 famílias de pequenos agricultores que plantam dendê para a empresa em lotes de até 10 hectares e mais de 36 famílias de um assentamento em lotes de seis hectares. Em 2007, o jornalista Paulo Totti do Jornal Valor, fez uma reportagem sobre a situação dos agricultores familiar parceiros da Agropalma na plantação de dendê, constatando que em



2006, a produção coletiva de cinco mil toneladas propiciou para cada família, uma renda que oscilou de R\$ 15.120 a R\$ 20.265/ano.

### Vale

A companhia que é proprietária da empresa Biovale, investirá 500 milhões de dólares para adquirir cerca de 130.000 hectares no nordeste do Pará até 2014 dos quais, 60 mil serão reservados para plantio e 70 mil para preservação ambiental. 15 mil hectares serão reservados para explorações por duas mil famílias. (VEIGA FILHO, 2010)

O objetivo é de abastecer 216 locomotivas da companhia que fazem o transporte de minério de ferro até São Luiz (890 km), os caminhões e outros equipamentos que a empresa usa em suas operações na região Norte com o chamado biodiesel B20 (diesel com adição de 20% de biodiesel). (HERZOG, 2010)

Com este projeto, a Vale espera economizar até US\$ 150 milhões por ano e deixar de emitir 12 milhões de toneladas de dióxido de carbono, o equivalente a emissão de 200 mil carros. Para o diretor executivo de Logística e Sustentabilidade da Vale, Eduardo Bartolomeo, o projeto é « *um tripé social, ambiental e econômico. Esse projeto é estratégico para a nossa sustentabilidade* ». (ECO4PLANET, 2009)

### Petrobras

A Petrobras aposta muito na produção de biodiesel. Esta, já vem atuando com a mamona e o girassol no Nordeste e no semiárido de Minas Gerais, com a canola no Rio Grande do Sul e Paraná. A participação do Pará neste programa será de 300.000 toneladas de óleo de palma. No Estado do Pará, a Petrobras começou a investir em dois empreendimentos:

- O projeto Biodiesel Pará onde a Petrobras Biocombustível está investindo com um programa que deve envolver 1.250 agricultores familiares e gerar um total de 5.000 empregos diretos. O projeto prevê a instalação de dois complexos para a extração de óleo de palma e a implantação de uma usina de biodiesel no Pará, no município de Mocajuba.
- O Projeto Belém que é um projeto de mais de R\$ 500 milhões com a construção de uma refinaria de biodiesel em parceria com a companhia portuguesa GALP Energia. Com a participação de cerca de 1.000 agricultores familiares, o objetivo é produzir 250 mil toneladas de combustíveis vegetais a partir do óleo extraído das plantações de palma. Para abastecer a usina, a empresa começou a plantar na região, 74.000 hectares sendo que, a metade dessa área será para exportação do biodiesel para a Europa. (PETROBRAS, 2010)

## **3. O referencial teórico**

### **3.1. O conceito de inclusão social**

Na Constituição Federal, o Art.6º enfoca a saúde, a educação, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social como direitos sociais.

Nesta perspectiva, a inclusão social é a oportunidade de acesso aos benefícios e direitos a todos, sem que isso caracterize favorecimento de qualquer espécie.

Para pessoas com limitações de ordem física, psíquica, intelectual, econômico-financeira ou qualquer outra que se repercute na sua condição social, o objetivo é elevar a condição, no convívio social, das pessoas que, por si só, teriam dificuldades de exercer os seus direitos.



Tal ação possibilita a participação destas na sociedade, fazendo-as se sentirem importantes nas relações sociais como detentoras de potencial a ser empregado no contexto econômico e cultural da sociedade, retirando da suas realidades, a sensação de inutilidade ou exclusão e lhes propiciando uma melhor qualidade de vida. (BATISTA DE LIMA E ALLI, 2005)

### **3.2. A noção de agricultura familiar**

Em muitos países, os agricultores eram considerados como atrasados, constituindo a última parte do desenvolvimento econômico e social. Perante esta constatação, de acordo com Dupré e Griffon (2008: P67), não é surpreendente constatar que *“Os períodos da história durante os quais os poderes públicos fizeram confiança às agriculturas familiares e forneceram-lhes políticas de apoio são raríssimas e estas foram inicializadas, essencialmente, no mundo ocidental”*.

No Brasil, as políticas públicas destinadas exclusivamente à produção familiar começaram a ser aplicadas fortemente somente na década de 90. O Programa Nacional para Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996, sendo a principal linha de financiamento para o setor. Em 2009, foi assinada a Medida Provisória N°455/09 garantindo que, no mínimo, 30% dos gêneros alimentícios da merenda escolar comprados pela União sejam adquiridos da agricultura familiar.

Como definir a agricultura familiar e em especial, quais são as especificidades desta em termos de atividade produtiva? A primeira particularidade é que em uma unidade de produção familiar, as atividades são executadas sem serem assalariados. Não há distinção no nível dos membros desta organização entre o proprietário dos meios de produção e os empregados.

Para Ribeiro (1997), o termo de agricultura familiar no Brasil tomou importância nos anos 90 a fim de caracterizar um segmento produtivo e social do mundo rural. Este segmento tem a especificidade de estabelecer *« as relações estreitas entre modo de vida, modo de produção, família, relações parentais e comunidade »*. A agricultura familiar é constituída de pequenos produtores que dispõem de baixos rendimentos, mas com as capacidades potenciais de evoluir. *« Um dos caminhos para a agricultura familiar seria a “agricultura de jardinagem”, com alta tecnologia, em pequenas áreas »*. (HOMMA, 2005)

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, no Pará existem 196.150 estabelecimentos da agricultura familiar que ocupam 31% da área total do Estado e são responsáveis por 84% do pessoal que ocupa o meio rural (666.762 pessoas) e 69% do Valor Bruto da Produção Agropecuária. A agricultura familiar responde por 83% da produção estadual de feijão, 93% de mandioca, 84% de arroz com casca.

No Brasil, a agricultura familiar conta com mais de 4,3 milhões de unidades produtivas, o que corresponde a 84% do número de estabelecimentos rurais. Este segmento produtivo responde por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural (12,3 milhões de pessoas).

Para Manoel Lopes da Embrapa, os agricultores familiares do Pará sofrem com a falta de infraestrutura para produzirem e escoarem a produção. Conforme Leila Sampaio da UFRA, o maior desafio do agricultor rural é garantir sua qualidade de vida, pois, *« quando se trabalha com produção agrícola familiar é preciso considerar a condição social daquela comunidade. Estimular a agricultura familiar não é mera aplicação de tecnologia. É preciso*



*considerar a realidade de carência em que as famílias estão inseridas* ». (MAOIRANAKZAN, 2010)

A adesão a uma cooperativa é uma possibilidade para uma pessoa ou uma família desfavorecida de constituir uma nova identidade individual e coletiva nesta estrutura sendo que, « *os associados têm a possibilidade de lutar por os seus direitos e de fazer construir uma nova cidadania* ». (SILVA, 1994)

A aquisição de uma identidade coletiva é facilitada quando a cooperativa aparece como « *grande família* », um lugar onde se estabelecem relações de solidariedade e de camaradagem (“*companheirismo*”), quer seja no trabalho diário ou na vida pessoal.

Outra forma de integração não exclusiva é participar na cadeia de valor controlada por grupos industriais. Os pequenos agricultores trazem uma garantia de abastecimento a baixo custo de produção por que a mão de obra familiar é frequentemente mal remunerada. Por outro lado, o grupo industrial, transformador de produtos agrícolas, fornece as sementes e a assistência técnica necessária para produzir em condições bem determinadas.

Como exemplo, um dos grandes grupos brasileiros do setor da avicultura, a Brasil Foods e o multinacional francês Doux, com sua sucursal Frangosul no Brasil funcionam de acordo com este modelo de organização. O grupo Brasil Foods (PERGIGÃO-SADIA) tem parceria com cerca de 10.000 granjas integradas de aves e de suínos. No Pará, os projetos dos industriais para produzir o óleo de palma podem ser inseridos neste tipo de parceria onde aparece a existência de interesses convergentes entre agricultores familiares e empresas agroindustriais. Ainda que a relação continue a ser geralmente assimétrica em detrimento dos camponeses, um consenso mínimo se estabelece para permitir uma relação duradoura entre estes dois tipos de atores.

Esta integração permite que as unidades familiares se modernizem no âmbito das relações capitalistas, mas as condições de inserção são muito diversas, podendo variar de acordo com as relações entre os atores e com a existência ou não de uma política de responsabilidade social nos grupos industriais.

Uma das grandes formas de promover o aprendizado mútuo está em procurar construir um projeto comunitário em parceria onde, « *Qualquer comunidade sonha em encontrar um parceiro empresarial que respeite sua cultura e esteja disposto a ajudar a sua renda ao vender seus produtos para mercados maiores e de formas mais vantajosas. Tal assistência poderia tomar a forma de experiência técnica, financiamento de um negócio ou a compra de produtos. Um sócio ideal ofereceria essas três formas de assistência* ». (ANDERSON E CLAY, IN: MEIRELLES FILHO, 2006: P367)

### **3.3. A gestão do território**

Para Rambo, Filippi, Amaral (2008), uma gestão do território descentralizada deve permitir o envolvimento entre diferentes escalas geográficas de poder e gestão, reunindo Estado, sociedade civil e mercado. Neste sentido é necessário o reconhecimento da pluralidade de interesses e os conflitos presentes e, praticar de maneira institucional a gestão participativa dos recursos baseada na comunidade, pois, « *Isso permite que diferentes dimensões sejam consideradas e analisadas, quais sejam, ambientais, sociais, culturais, econômicas. Ou ainda, cada instituição possui seu foco mais centrado em uma das dimensões, estabelecendo-se um equilíbrio através de um processo de envolvimento, de diminuição de assimetrias* ». (RAMBO, FILIPPI, AMARAL, 2008)





Este modelo é um arranjo de governança que caracteriza as relações entre os agentes envolvidos. Para Knopp (2010), neste contexto « *a governança é um conceito chave para compreender o conjunto de mecanismos, processos, estruturas e instituições através dos quais os grupos de interesses se articulam, negociam, exercem influência e poder* ».

Esta concepção do território é fundamentalmente diferente de uma visão capitalista, onde o território sobre o qual atua o mercado é um território abstrato. Segundo Leroy (2007), « *Não interessa o capital saber se é cerrado ou floresta senão para avaliar as condições do solo e do clima; não interessa se há gente nesse território, senão garantir mercado e mão de obra ou para limpar o terreno de modo a facilitar os negócios. Tanto faz o produto a exportar; tanto faz a história do território, seu passado e seu futuro... Nada mais normal, portanto, que, num espaço para ele sem história, as pessoas que vivem ali, sejam expulsas ou ignoradas, se não tem serventia* ».

Assim pode existir disputa entre visões e construções dos territórios, o grande desafio é encontrar um compromisso entre os objetivos econômicos do agronegócio e os projetos de economia social desenvolvidos para as comunidades locais.

Conforme May e al. (2005), analistas, gestores e agente financeiros (BANCO MUNDIAL, 2002) passaram a dar atenção à participação de interessados locais, mas segundo os autores, « *Esses projetos ainda se defrontam tanto à falta de envolvimento adequado dos interessados na tomada de decisões como com sistemas de decisões injustos, com a ausência de oportunidades para mudar as decisões e com formas inadequadas de tomada de decisão tais como avaliação imprópria de impactos sociais ou falta de representação local. Na ausência de mecanismos decisórios participativos, a justificativa de um projeto, a sua legitimidade e equidade podem afetar sua sustentabilidade* ».

Segundo os autores, os projetos requerem boa gestão administrativa onde, os executores necessitam em ter uma suficiente compreensão do contexto, da história e das políticas locais para evitar um baixo nível de comprometimento dos atores locais.

### **As formas de coordenação a partir dos atores locais**

A abordagem institucionalista se situa em uma zona intermediária entre o Estado e o mercado, excedendo a oposição entre a necessidade de uma intervenção exclusiva do estado e o caráter auto-regulador do mercado. (BOYER, 1997)

Uma política de desenvolvimento local necessita uma compreensão dos sistemas complexos que combinam as instituições econômicas, sociais, culturais e políticas (BOYER, 2001) e, o processo de desenvolvimento econômico provoca transformações dinâmicas, não somente nos modos de produção e na tecnologia, mas também nas instituições sociais, políticas e econômicas.

Na análise do desenvolvimento local, a abordagem institucional incorpora elementos sociais e históricos que são enraizados em um território (os costumes e as tradições desta região) e, o território é delimitado pelo espaço no qual se operam estas relações. (COLEMAN, 1990)

O estudo das redes de relações que existem entre os atores sociais permite dar um contorno mais preciso aos territórios. (COURLET, 2008)

O conceito de rede refere-se a uma estrutura de ligações entre os atores, indicando um conjunto de pessoas ou organizações interligadas diretamente ou indiretamente. A confiança nas interrelações entre os atores é um dos fatores chaves de sucesso das ações coletivas.



Para Becker e Léna (2002), « *O desenvolvimento local insiste na noção de território, concebido como uma entidade socioeconômica construída. Não se trata tanto de explorar vantagens comparativas pré-existentes, mas sim de construí-las. O território é um espaço onde sinergias entre diferentes categorias de atores são encorajadas com o intuito de encontrar soluções adequadas para uma situação específica* ».

### **O conceito de pacto territorial**

Segundo Peixoto (2007), as necessidades do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no Pará precisam da mobilização e de envolvimento institucionais e, o equilíbrio entre objetivos e meios com o estabelecimento e a efetividade dos pactos territoriais para o biodiesel. Os pactos podem representar um instrumento importante onde falta uma tradição de cooperação na resolução de problemas comuns.

Neste contexto, pode ser essencial o papel de uma instituição líder na condução do processo. Isto pode servir a « *reforçar o associativismo e a capacidade dos grupos a se organizarem para exercitar um maior controle sobre suas vidas e agregar um maior valor aos seus produtos* ».

Para Peixoto (2007), no âmbito de cada território, os pactos devem definir atribuições de maneira que as instituições envolvidas venham a complementar papel em um conjunto organizado para funcionar em forma de rede. Dentro os novos arranjos sociais provenientes de parcerias entre empresas, governos e sociedade civil, a participação é um conceito chave. Luiz Henrique da Silva, Coordenador da região norte do MDA para o Programa do Biodiesel ressaltou a importância dos parceiros nas decisões afirmando que, « *Sem parceiros a gente não consegue avançar. O papel dos parceiros será na resolução dos problemas para a participação do interessado no programa* ». (DA SILVA, 2011)

### **4. Os resultados das pesquisas de campo**

O 1º Seminário sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável do Baixo Tocantins que aconteceu em Mojú teve como objetivo, « *articular diversos e diferentes sujeitos do território, a fim de construir certa unidade de entendimentos, decisões e ações no âmbito da região e pactuar estratégias de fortalecimento do mesmo, com medidas de políticas públicas de desenvolvimento, com base na integração dos seus diferentes sujeitos institucionais* ».

Durante este evento, Daltro Paiva, integrante da Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC), apresentou os primeiros resultados da pesquisa sobre os Arranjos Produtivos Locais (APL) do dendê no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Este trabalho de diagnóstico e de propostas da APACC realizou-se no período de junho a novembro de 2010, em três oficinas de qualificação sendo estas Tailândia, Cameté e Mojú. Ele foi apresentado na Plenária de Validação e Aprovação do PTDRS no município de Abaetetuba com a participação de 103 pessoas. Sete Arranjos Produtivos Locais (APLs) foram analisados (Oleaginosas Nativas, Biodiesel, Piscicultura, Pesca, Mandiocultura, Fruticultura e Apicultura) e também dois setores populacionais (Quilombolas e Mulheres).



Destacam-se três princípios territoriais neste plano:

- O modelo de desenvolvimento deve ser sustentável, solidário e territorial;
- Os resultados de todas as ações futuras devem proporcionar o protagonismo dos atores sociais envolvidos na agricultura familiar;
- A autonomia dos agricultores familiares deve ser priorizada, assim como o fortalecimento da organização social e o trabalho com grupos organizados para irradiar e potencializar as ações.

Após a realização de entrevistas sobre a percepção dos pontos fracos e fortes do Programa de Biodiesel, as propostas foram agrupadas em quatro eixos de desenvolvimento:

1. Regularização fundiária;
2. Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável do território;
3. Organização sustentável da produção;
4. Qualidade na saúde, educação, saneamento e meio ambiente.

Para tratar das questões da implementação do PSOP em nível do território da região do Baixo Tocantins, as informações coletadas a partir de nossas entrevistas e de nossa participação aos eventos foram agrupadas conformemente os quatro eixos de desenvolvimento identificados pela APACC.

### **1- A regulação fundiária**

O problema a se enfrentar, conforme Túlio Dias, Gerente de Sustentabilidade Socioambiental da Agropalma, é a falta de pessoal do ITERPA para fazer a medição das terras que devem receber a documentação de propriedade regularizada. Isso implica em dificuldades de se trabalhar com a agricultura familiar. Existem também barreira latifundiária e o fato que para obter crédito junto ao Banco, o agricultor deve ter o documento de proprietário da terra.

Neste contexto, o PSOP risca de não se expandir com o ritmo previsto, inclusive, o processo de regulação é muito burocrático e não tem um número grande de pequenos agricultores que podem entrar no programa, na medida em que, as plantações devem ficar numa distância máxima de 50 km das usinas.

Na Agropalma, foram criados por causa dessa peculiaridade do Estado, três lotes com 50 famílias com três associações de pequenos agricultores, o que viabilizou, de uma forma mais rápida, a legalidade da terra. As terras legalizadas pertencem às associações e as famílias têm o documento que permite a exploração e uso, mas não são proprietárias.

Segundo Isaac Fonseca Araújo, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho em Igarapé-Miri, poucas terras são regularizadas na região do Baixo Tocantins e os pequenos produtores que não têm condições de consagrar 10 hectares no cultivo do dendê, arriscam de vender suas terras para os grandes fazendeiros e provocar assim, um processo de concentração fundiária.

### **2- Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável do território**

A importância dos projetos necessita do emprego de um grande número de trabalhadores para o cultivo do dendê, da logística e do funcionamento das usinas. Além da



questão das qualificações, com a perspectiva de falta de mão de obra seria necessário atrair uma população que venha de fora da região e por isso, melhorar significativamente as infraestruturas locais em relação aos serviços de saúde, de educação e de comunicação.

O Gerente Geral da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará, Alexandre Galvão, indicou que há diversos projetos para melhorar as infraestruturas da região em níveis de hidrovias com a modernização dos portos e fabricação de balsas, a malha viária e ferroviária. Os financiamentos podem incluir a participação das empresas, o Estado do Pará e a União com a intermediação da Câmara Setorial de Óleo de Palma.

### **3- A organização sustentável da produção A complementação da renda familiar**

José Damacom, Secretário do Meio Ambiente e da Agricultura em Concórdia do Pará, indica que a região conheceu uma situação de crise e de desemprego porque sob pressão das leis ambientalistas, a exploração desordenada de madeira acabou e que uma grande parte da população ficou sem perspectiva.

É nesta situação difícil que apareceu o PSOP e a oportunidade de desenvolver em grande escala o cultivo do dendê e de oferecer empregos para as pessoas acostumadas a trabalhar na produção ilegal de madeira ou na produção de carvão vegetal.

O cultivo da mandioca é predominante nas terras localizadas ao longo das estradas. Sérgio Maués, Secretário Municipal da Agricultura de Abaetetuba, estima que o cultivo da mandioca não permite uma geração de renda familiar superior a R\$ 300 a R\$350 por mês e a partir desta constatação, ele estima que a opção de plantar o dendê seja uma oportunidade para melhorar significativamente o poder aquisitivo dos agricultores. Sua estimativa é que a renda familiar possa ser seis vezes maior (em torno de 2000 reais por mês).

Pode-se constatar que, a partir do período de maturidade do dendê, as plantações sobre uma superfície de 10 hectares geram uma renda para os agricultores de R\$ 5 até 7 mil reais por mês. O Secretário da Agricultura de Abaetetuba apóia o cultivo de dendê pelo fato desta planta ter condição extraordinária de crescimento em solos pobres e arenosos e, que o preço do óleo de palma no mercado internacional é bom.

Geraldo Gonçalves, engenheiro agrícola responsável pelo projeto Biovale na região de Abaetetuba, criticou o ponto de vista de alguns sindicatos de trabalhadores rurais que estimam que tenham prefeituras locais que se favorecem com o agronegócio. Ele também acha que o cultivo da mandioca, com um preço de venda de um real por kilo, não permite aos pequenos agricultores de saírem da pobreza e que o Programa Nacional de Biodiesel é uma grande oportunidade para o desenvolvimento da região.

#### **A dimensão técnica**

Túlio Dias declarou que existem vários gargalos para o programa PSOP vir a dar certo. O problema, segundo Gerente da Agropalma, é que não há formação acadêmica sobre o ciclo da palma em Universidades. O gerente acredita que as empresas fariam, sem problemas, um acordo com as Universidades locais, pagando profissionais conhecedores da cultura da palma, visando à formação e desenvolvimento de tecnologia local, onde todos os atores sairiam lucrando e pesquisas, em todas as esferas, seriam abordadas.



Além da formação de técnicos, a falta de educação básica dos agricultores é uma grande dificuldade a superar por que eles não podem participar do programa, por causa de falta de conhecimento em gestão e de capacidade para assimilar o progresso tecnológico.

Sobre estes problemas há pessoas entrevistadas que acham que as mudanças necessárias para uma grande maioria de pequenos agricultores precisará de muito tempo para ocorrer e talvez, só a próxima geração melhor educada é que terá as condições de desenvolver uma agricultura mais competitiva.

### **A implicação dos movimentos sociais para um desenvolvimento territorial integrado**

Isaac Fonseca Araújo constatou que, as organizações locais não são realmente implicadas na implementação do programa porque a estratégia das empresas é de discutir diretamente com cada produtor.

Surgiu um sentimento coletivo de desconfiança em relação às empresas que parecem querer privilegiar de relações contratuais diretas e unilaterais com os agricultores sem envolvimento com as organizações locais.

É para mudar este tipo de comportamento que se justifica a necessidade de definir o conteúdo de um conjunto de ações coletivas que visem integrar melhor o programa aos eixos do desenvolvimento territorial.

As organizações locais têm também o sentimento de que as empresas só vão ajudar os agricultores familiares a plantar a palma. Nas palestras e entrevistas apareceram muitas vezes nas fontes de informações desta investigação, a preocupação de manter e desenvolver uma agricultura diversificada que garanta a segurança alimentar, reduzir os riscos e agregando valor com a comercialização de alimentos.

Com esta constatação de uma demanda para desenvolver outras culturas, o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mojú acha que os movimentos sociais locais devem completar a implementação do programa para garantir as condições de uma agricultura diversificada e reduzir dependência excessiva das famílias com a produção de óleo de palma.

### **A necessidade de criar associações e cooperativas no PSOP**

Para organizar os agricultores familiares e reduzir a dependência deles em relação às empresas, uma opção seria fortalecer o associativismo. Nesta perspectiva, o papel dos movimentos sociais é determinante para conscientizar e ajudar os pequenos agricultores a se mobilizar com a criação de uma associação ou uma cooperativa.

Para Alexandre Galvão da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará, a criação de cooperativas é uma boa opção, mas as tentativas passadas em diversos setores de atividades (açaí, maracujá, suíno e pequenos animais) fracassavam depois do prazo de três ou quatro anos. Para ele é necessário uma evolução das mentalidades, conscientizar e educar os agricultores para desenvolver este tipo de organização e isso necessita de bastante esforço, mas o dendê pode constituir uma oportunidade para mudar estes comportamentos.

#### **4- Qualidade na saúde, educação, saneamento e meio ambiente** **Os riscos pela saúde**

O uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos não pode caracterizar o modelo dos atuais combustíveis de origem vegetal de “limpo”. Aparecem bastantes reclamações dos sindicatos e dos trabalhadores sobre as condições de utilização dos produtos químicos em nível da saúde.

Alexandre Galvão constatou que se a saúde dos trabalhadores rurais for prejudicada com uma utilização abusiva dos agrotóxicos, além da falta de responsabilidade social das empresas, as causas advêm das deficiências nas políticas de fiscalização e nas carências da regulação em nível legislativa.

##### **As condições de trabalho**

Sem grandes alternativas, os trabalhadores com baixos níveis de educação e qualificação podem assumir condições inaceitáveis de trabalho, especialmente se eles estão empregados por empresas terceirizadas e desconhecidas e, que não têm nenhuma imagem a preservar. Os rendimentos podem ser condicionados a uma produtividade cada vez mais desumana e as medidas de segurança não são sempre cumpridas.

Em Concórdia do Pará, a municipalidade e os sindicatos são preocupados pelas condições de trabalho dos funcionários empregados nas propriedades da Biovale. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Concórdia constatou que, apesar de que a empresa oferece um serviço de transporte com ônibus, os horários de trabalho são de 10 a 12 horas por dia. Assim sendo, os trabalhadores são obrigados a se acordar às 3 horas de manhã para só voltar em casa às 18 horas e, que o veneno usado é a causa de doenças que surgem.

##### **Os impactos sobre o meio ambiente**

Por falta de fiscalização, dentro das fazendas compradas para plantar a palma pode acontecer uma prática de desmatamento dos capoeirões. A utilização de produtos químicos “venenos” é um fator de poluição dos igarapés e de prejuízo às outras culturas.

Contudo, o plantio do dendê aparece como uma atividade alternativa em longo prazo (contrato de 25 anos com as empresas) ao lugar do trabalho predatório de desmatamento para produzir o carvão vegetal, prática esta, que se pode verificar com a existência de muitos fornos ao longo das estradas de terra que delimitam as plantações de dendê da Agropalma e dos agricultores familiares.

Outra questão relativa ao meio ambiente é a extensão da prática de monocultura e a necessidade em nível dos agricultores familiares implicados no PSOP de desenvolver a policultura.

Manuel Libório Ferreira, Secretário Municipal da Agricultura de Mojú declarou « *Não me agrada a monocultura, mas não tenho nada contra o dendê. Pode dar de comer, vestir e educar muitas famílias. Além disso, o dendê ajuda no reflorestamento* ».



## **Conclusão**

Conforme o discurso do seminário realizado no Rio de Janeiro em julho de 2007 pela FASE – REBRIP, “*Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa, subsídios ao debate*”, em frente de um modelo de agronegócio onde as empresas nacionais e transnacionais buscam fortalecer sua hegemonia, os agricultores familiares devem se organizar.

Os movimentos sociais do campo têm a responsabilidade de desenvolver modelos alternativos ao agronegócio a partir de ações de apoio aos agricultores com os objetivos de diversificação da produção (consórcios com alimentos) e, da criação de associações e cooperativas.

Os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil envolvidas devem tomar iniciativas para evitar que a participação da agricultura familiar se limite a um papel de simples fornecedora de matéria-prima ou de terras arrendadas às empresas, como acontece no modelo de integração nas cadeias produtivas como as de leite, carne, fumo, aves e suínos.

Nesta perspectiva, as entrevistas indicam uma ‘*clivagem*’ entre as empresas e as diversas organizações representativas locais onde, um de seus representantes constatou que estas duas entidades “*não falam a mesma língua*”.

Sem dúvida, a viabilidade de uma rede de cooperação necessita, além da diversidade dos interesses entre os atores, o compartilhamento de um conjunto de valores fundamentais capaz de cimentar e dar coesão a uma rede.

A percepção é que o programa existe e que não há condições de mudá-lo. Se as organizações locais manifestam uma oposição radical, o risco por elas é de ficar excluídas do processo de implantação.

Neste contexto, o papel dos movimentos sociais é de gerir as consequências e de tomar iniciativas para melhorar e complementar os impactos do programa sobre as comunidades.

Dentre o grupo dos atores locais que participam as políticas de desenvolvimento territorial, não tem unanimidade sobre a avaliação do programa. Há atores que reconhecem os ganhos oferecidos e que com a condição de melhorar a fiscalização, são em favor do projeto.

Têm outros que não aceitam as relações desequilibradas dos agricultores com os grupos agroindustriais. A sucursal local do Ministério do Desenvolvimento Agrícola tem o papel de árbitro nestas discussões. Considerando o fato de que se são os industriais que estruturam este programa, os resultados para as comunidades locais dependerão das práticas de responsabilidade social das empresas. (SAVITZ, 1997)

Terão estas comunidades a vontade e condições de participar dos planos de ações integradas, respondendo às demandas locais de desenvolvimento da pluricultura e melhoramento das infraestruturas e serviços de saúde e de educação?

## **Referências Bibliográficas**

BATISTA de LIMA, A.; DANTAS SOARES, N.; EVANGELISTA DOS ANJOS, T. (2005). Cadeias produtivas e inclusão social no Programa Zona Franca Verde: uma abordagem teórica. Disponível em [www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito). Acessado em 2012.

BECKER, B.; LÉNA P. (2002). Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia. Rio de Janeiro: UFRJ, Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20Bertha-Philippe.PDF>. Acessado em 2012.



- BECKER, B. (2010). «Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo? ». N10. França: Confins. Disponível em <http://confins.revues.org/6609>. Acessado em 2012.
- BOYER, R. (1997). « The variety of unequal performance of really existing markets: ». In: HOLLINGSWORTH, J.R. E BOYER, R. *Contemporary Capitalism: the embeddedness of institutions*. New York: Cambridge University Press, P59-93. Disponível em [http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=hmscrSl\\_JycC&oi=fnd&pg=PA55&dq=%C2%AB+The+variety+of+unequal+performance+of+really+existing+markets:+%C2%BB.&ots=91OIZSTQZb&sig=NbAK0vIqW6WzR7SE52gP8IkZ2bY#v=onepage&q=%C2%AB%20The%20variety%20of%20unequal%20performance%20of%20really%20existing%20markets%3A%20%C2%BB.&f=false](http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=hmscrSl_JycC&oi=fnd&pg=PA55&dq=%C2%AB+The+variety+of+unequal+performance+of+really+existing+markets:+%C2%BB.&ots=91OIZSTQZb&sig=NbAK0vIqW6WzR7SE52gP8IkZ2bY#v=onepage&q=%C2%AB%20The%20variety%20of%20unequal%20performance%20of%20really%20existing%20markets%3A%20%C2%BB.&f=false). Acessado em 2012.
- BOYER, R. (2001), « L'après-consensus de Washington: institutionnalisme et systémique ». In : *L'année de la régulation*. N5. Paris : Presses de Sciences Po, P13-57.
- COLEMAN, J. (1994). *Foundations of Social Theory*. Cambridge : Harvard University Press, P197-239.
- COSTA, F. (2011). « Óleo natureba ». São Paulo: Dinheiro Rural, P74-76. Disponível em <http://www.terra.com.br/revistadinheiro rural/edicoes/84/artigo240351-1.htm> . Acessado em 2012.
- COURLET, C. (2008). *L'économie territoriale*. Grenoble : PUG.
- DA SILVA, L. H. (2011). « Produção de óleo de dendê incentiva a agricultura no sul de Roraima ». Boa Vista: Roraima em Foco. Disponível em <http://portalamazonia.globo.com/newstructure/view/scripts/noticias/noticia.php?id=121425>. Acessado em 2012.
- DUPRÉ, D. ; GRIFFON, M. (2008). *La planète, ses crises et nous : économie et écologie d'un monde enviable*. France : , Biarritz: Atlantica.
- ECO4PLANET (2009). « Vale promete produzir 160 mil toneladas de biodiesel ao ano ». Disponível em <http://eco4planet.com/blog/2009/06/vale-promete-produzir-160-mil-toneladas-de-biodiesel-ao-ano/>. Acessado em 2012.
- HERZOG, A. L. (2010). « Vilão lá fora, mocinho aqui? O óleo de palma se transformou em uma das maiores ameaças às florestas tropicais do sul da Ásia. No Brasil, o discurso é que a história pode ser diferente ». São Paulo: Exame, P128-130. Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0977/noticias/oleo-palma-vilao-la-fora-mocinho-aqui-602555>. Acessado em 2012.
- HOMMA, K. O. A. (2005). « Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? ». V.19. N54. São Paulo: Estudos Avançados. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/06.pdf>. Acessado em 2012.
- KNOPP, G.; ALCOFORADO, F. (2010). *Governança social, intersetorialidade e territorialidade em políticas públicas*. Disponível em <http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-22-JUNHO-2010-GLAUCO-KNOPP-FLAVIO-COFORADO.pdf>. Acessado em 2012.
- LAVILLE E. (2009) *A empresa verde*, Ôte, São Paulo.
- LEROY, J. P. (2007). « Contextualização e problematização dos agrocombustíveis no Brasil ». Capítulo I. In: FASE – REBRIP. *Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa, subsídios ao debate*. Rio de Janeiro.
- MAGALHAES DROUVOT, C. ; DROUVOT, H. (2009). « Agropalma : un exemple de politique de responsabilité sociale et environnementale associant des familles de petits de





petits paysans ». Pau : 6<sup>ème</sup> Congrès de l'Aderse e Grenoble : 5<sup>ème</sup> Congrès IFBAE. Disponível em [http://cerag.org/cahiers\\_recherche/cr%202009%2024%20E4.pdf](http://cerag.org/cahiers_recherche/cr%202009%2024%20E4.pdf). Acessado em 2012.

MAIORANAKZAN, R. (2010). « Faltam políticas à agricultura familiar ». Belém: O Liberal.  
MAY, P.; BOYD, E.; CHANG, M.; VEIGA, F. C. (2005). « Incorporado o desenvolvimento sustentável aos projetos de carbono florestal no Brasil e na Bolívia ». V13. N1. Rio de Janeiro: UFRJ, Estudos Sociedade e Agricultura, P5-50. Disponível em [http://www.rebraf.org.br/media/eletrobolt\\_pmay.pdf](http://www.rebraf.org.br/media/eletrobolt_pmay.pdf). Acessado em 2012.

MEIRELLES FILHO, J. (2006). O livro de ouro da Amazônia. 5<sup>a</sup>. Edição. Rio de Janeiro: Ediouro.

PEIXOTO, R. (2007). « Pactos territoriais para o biodiesel no Estado do Pará ». Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.

RAMBO, A. C.; FILIPPI, E. E.; AMARAL, V. (2008). “Desenvolvimento territorial e políticas públicas: uma análise acerca do Programa Nacional de produção e Uso do Biodiesel – Brasil X agricultura familiar”. Argentina: IV Congresso Internacional da RedSIAL. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/590.pdf>. Acessado em 2012.

RIBEIRO, A. E. M. (1997). Apostila Agricultura familiar. Lavras: UFLA, P18.

SAVITZ, A. W. (1997). A Empresa sustentável. Rio de Janeiro: Editora Campus, Elsevier.

SILVA, A. (1994). « Esfera pública e sociedade civil: uma reinvenção possível ». V.8. N2. São Paulo: Revista da Fundação Seade, P61-67.

VASCONCELLOS, M.; ROCHA, G.M.; VASCONCELLOS, A. M. (2009). «Gestão participativa e parceria para o desenvolvimento local». In: Anais do XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Lavras.

VASCONCELLOS, A. M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M., (2007). Alternativas de desenvolvimento e o modelo de sustentabilidade: um estudo de caso das organizações locais dos municípios de Barcarena e Igarapé-Miri. Belém: UNAMA/FIDESA.

VIEGA FILHO L. (2010), « Meio bilhão para dobrar área de dendê; consórcio Vale e Biopalma será o maior produtor de óleo de palma das Américas », *Valor Estados Pará*, abril de 2010.